



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ,
Gabinete da Presidência - Núcleo de Precatórios

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental na Requisição de Pequeno Valor nº 0049847-1/04

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ivanoy da Silva Pereira

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – PEDIDO DE SUSPENSÃO – ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA EXECUÇÃO ORIGINÁRIA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE ORIGEM. O Presidente do Tribunal, em sede de precatórios e requisições de pequeno valor, exerce a função meramente administrativa de fazer cumprir a ordem de pagamento do juízo da execução, nos exatos termos do requisitório expedido (Súmula 311 do STJ). Dessa forma, o requerimento de suspensão do processamento da RPV, sob a alegação de nulidade de citação no feito originário, deve ser dirigido ao juízo da execução, uma vez que compete a este decidir acerca de questões de natureza processual. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental, na Requisição de Pequeno Valor nº 0049847-1/04, acima mencionado. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, em conformidade com o incluso voto que passa a integrar este julgado.

Recife, 19 de maio de 2014


Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Presidente do TJPE



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Presidência

84 Agl

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental na RPV nº 0049847-1/04

Credor: Ivanoy da Silva Pereira

Advogado: Rodolfo Domingos de Souza

OAB/PE 013208

Réu: Estado de Pernambuco

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Reconsideração/Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco, através da Procuradoria Geral do Estado, em face da decisão de fl. 70, que determinou o pagamento da supracitada RPV.

Nas razões do Pedido de Reconsideração, alega a Procuradoria que a decisão agravada indeferiu o seu pedido de suspensão da supracitada RPV e a apreciação da nulidade pelo relator responsável pela execução sob o fundamento de que conforme dispõe a Súmula 311 do STJ esta Presidência exerce competência meramente administrativa em sede de Precatório e RPV e, ainda, por não constar dos autos comunicação do Juízo da Execução suspendendo esta RPV.

Aduz, ainda, que não há execução formada contra o Estado de Pernambuco, nem tampouco mandado de citação para a Procuradoria Geral do Estado, mas sim, que a certidão existente nos autos informa que foi citado o então Secretário de Administração do Estado de Pernambuco.

Arremata fundamentando seu pedido de suspensão ante o processamento da presente RPV nos termos do art. 132, CF; art. 12, I do CPC e da Lei Complementar Estadual nº 2/90.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Presidência

85 ASL

Por fim, requer que seja reconsiderada a decisão agravada ou, em sendo mantida a decisão, que seja recebido como Agravo Regimental, com base nos arts. 252 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal.

É o relatório.

VOTO

Compulsando os autos, verifica-se que instado a se pronunciar sobre os cálculos, o ente devedor através da petição à fl. 33 concordou com os cálculos apresentados no Mandado de Segurança nº 0049847-1 que ensejou a supracitada RPV.

Ocorre que, após a sua intimação para efetuar o depósito do crédito referente à Requisição de Pequeno Valor se insurgiu o Estado de Pernambuco, através da Procuradoria Geral, requerendo a suspensão da RPV ao argumento de que o valor homologado compreendeu valores advindos de execução nula, tendo em vista que não fôra observado o devido processo legal, pois a citação ocorreu na pessoa do Secretário de Administração e não do Procurador Geral do Estado.

Por sua vez, na decisão ora vergastada (fl. 70) foram expendidas as razões do indeferimento do pedido e, irresignado, vem novamente o ente devedor requerer a reconsideração da decisão com conseqüente suspensão da RPV.

Esse procedimento, no entanto, não pode ser realizado nesta sede administrativa, devendo processar-se, necessariamente, perante o próprio juízo da execução.

Vale rememorar, no ponto, que a atuação dos Presidentes dos Tribunais quando do processamento de precatórios e de requisições de pequeno



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Presidência

86 ASL

valor possui natureza eminentemente administrativa, conforme se verifica no recorte de decisão que ora trago proferida pelo eminente Rel. Min. Celso de Mello (STF - ARE 683.653/SP, , DJe de 5/6/2012, v.g.):

"Dessa forma, a função da Presidência, nesses casos, é desprovida de caráter jurisdicional (Súmula n.º 311/STJ), e "eventual controvérsia de natureza jurídica ou alegação de erro material na conta principal deverá ser discutida nos autos principais, perante o Presidente do Órgão Julgador no qual se processou a execução, que determinará, se forem pertinentes as alegações, a suspensão, cancelamento ou redução do valor da requisição" (art. 16 da Instrução Normativa/STJ n.º 3/2006)."

E, ainda, no RE 213.696-AgR/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.):

" I - A atividade desenvolvida pelo Presidente do Tribunal, no processamento do precatório, não é jurisdicional, mas administrativa. Também é administrativa a decisão do Tribunal tomada em agravo regimental interposto contra do Presidente na mencionada atividade. Precedente do STF: ADIn 1098-SP. II - O recurso extraordinário pressupõe a existência de causa decidida em única ou última instância por órgão do Poder Judiciário no exercício de função jurisdicional. Proferida a decisão em sede administrativa, não há falar em causa. Não cabimento do recurso extraordinário." (RTJ 173/960, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Pleno - grifei) Nem se diga que esse entendimento jurisprudencial frustraria a possibilidade de controle jurisdicional sobre decisões administrativas, ainda que emanadas de órgãos do Poder Judiciário, que viessem a incidir, em sede de processamento de precatórios, em ilegalidade ou em abuso de poder. É que, em ocorrendo tal situação, poderá, a parte interessada, na instância própria, valer-se, em sede jurisdicional, dos meios processuais adequados à impugnação de decisões administrativas, mesmo que proferidas por magistrados ou Tribunais, hipótese em que se viabilizará, então - e uma vez presente controvérsia de índole constitucional -, a possibilidade de acesso à via recursal extraordinária, tal como já reconheceu, no tema, esta Suprema Corte: RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Presidência

87 Agl

ADMINISTRATIVA DE TRIBUNAL SOBRE PROCESSAMENTO DE PRECATÓRIO. AGRAVO. 1. Não conseguiu a agravante abalar os fundamentos da decisão agravada e dos precedentes do Plenário nela citados, segundo os quais não cabe Recurso Extraordinário contra decisão administrativa de Tribunal. 2. Se, no caso, ao proferir decisão administrativa, o Tribunal 'a quo' excedeu os limites respectivos, pode ela ser impugnada, pelos meios adequados, nas instâncias próprias, como qualquer ato administrativo viciado de ilegalidade ou inconstitucionalidade, mas não mediante Recurso Extraordinário para esta Corte, que só cabe contra decisão de conteúdo jurisdicional. 3. Agravo improvido." (RE 252.916-AgR/SP, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - grifei)."

Ante o exposto, não sendo o caso de retratação, considerando que as razões contidas na fundamentação do recurso aforado não são suficientes para fragilizar as motivações da decisão impugnada (fl. 70), voto no sentido de desprover o agravo para, em consequência, manter intacta a decisão guerreada.

É como voto.

Recife, 19 de maio 2014.

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves
Presidente do TJPE